

Território e identidade territorial: elementos para a análise da agricultura agroecológica camponesa como caminho para permanência na terra no cerrado

Edson Batista da Silva

Da Universidade Estadual de Goiás, Itapuranga, Goiás – Brasil

Edson_bat_silva@hotmail.com

Resumo: O campo pode ser pensado tanto a partir dos conflitos territoriais para a conquista da terra, quanto para o direito à renda obtida nela. Na busca da última o conhecimento camponês assume relevância na construção da agricultura agroecológica. O objetivo desse artigo é realizar uma discussão de território e identidade territorial, tendo em vista apontar quais elementos nestas categorias ajuda pensar a agricultura agroecológica, como resistência do campesinato a ação destrutiva do capital. Para atingir esses objetivos se lançou mão, principalmente, de pesquisa bibliográfica, com a conseqüente leitura, fichamento e síntese das ideias de autores como: Raffestin (1993), Almeida (2006), Castells (1999), Fernandes (2009), Altieri (2012), Haesbaert (2009), Santos (1996), Pessoa (1999) e Gomes (2008) dentre outros autores. Afirma-se que o território ora é concebido na perspectiva materialista, ora idealista, ou num viés de conciliação destes pólos. Para a problemática em voga adota-se um viés político material/imaterial, sem, contudo, deixar de observar os elementos culturais. Quanto à identidade, compreendemo-la como dinâmica, contraditória, múltipla, fragmentada, constituída no âmbito coletivo ou individual. Interessa-nos a identidade coletiva de resistência, que ao se espacializar transforma-se em identidade territorial. Essa contém conhecimentos que podem ser importantes na construção da agricultura agroecológica nos assentamentos no Cerrado.

Palavras-chave: Território. Identidade territorial. Campesinato. Agroecologia.

INTRODUÇÃO

O espaço do Cerrado pode ser compreendido por intensas disputas tanto por terra, quanto pelos usos e apropriações que se faz dela. Dentre essas se destaca os conflitos estabelecidos dos camponeses com os grupos multinacionais, empresários rurais e latifundiários. Nesse conflito estão em jogo as várias dimensões da vida. Os camponeses não se limitam à busca pela terra, desejam organizá-la, estabelecer relações com ela e entre si segundo saberes e práticas históricas. Enfrentam o capital imperialista para garantir o direito ao resultado do seu trabalho. Portanto, são embates que tentam garantir a reprodução social do campesinato.

Nesse ínterim, pensa-se o Cerrado como território, que contém uma diversidade de conflitos instalados. A compreensão deles parte das concepções de território. No entanto, a produção de conceitos desta categoria, especificamente na Geografia, tem levado a uma polissemia pouco clara. Autores como Almeida (2005), Fernandes (2009) e Haesbaert (2009) afirmam que o território tem sido utilizado por questões de modismo ou até com sintoma de abuso, exagero. Portanto, estas afirmações e as ideias de Haesbaert (2009), de que um conceito deve ser pensado a partir de um problema, situado em um contexto histórico e geográfico, leva-nos a questionar quais os entendimentos de território que contribuiriam para pensar a agricultura camponesa agroecológica, articulada pelo campesinato, por meio dos movimentos sociais, como resistência ao capitalismo imperialista.

A agroecologia, como afirma Altieri (2012), defende o direito a participação política, aos resultados econômicos, o respeito à natureza exterior e à cultura dos atores envolvidos. Nesse sentido, o entendimento de agroecologia adotado escapa a mera dimensão técnica, verte-se também para os elementos sociais. Isso implica pensar na dimensão da cultura, na identidade camponesa, especificamente na identidade territorial. Nesse sentido, qual o conceito de identidade pode ajudar a entender a identidade territorial camponesa, como instrumento para garantir a permanência camponesa na terra.

Com isso, o objetivo desse artigo é realizar uma breve discussão das categorias território, identidade e identidade territorial para apontar quais definições forneceriam elementos para pensar o problema já apresentado. Para atingir tal propósito foi utilizada, principalmente, pesquisa bibliográfica. O artigo está estruturado da seguinte forma: Na primeira parte há uma discussão de território, com apontamento das contribuições para pensar a questão em debate. Na segunda acontece uma análise da identidade e como a identidade territorial camponesa pode contribuir para a construção da agricultura agroecológica no Cerrado goiano. Nesse sentido, para iniciar o diálogo, nas próximas páginas o território será o centro da discussão.

TERRITÓRIO: ELEMENTOS PARA PENSAR A AGRICULTURA AGROECOLÓGICA COMO RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO A AÇÃO IMPERIALISTA DO CAPITAL

As transformações no acontecer histórico impõem a necessidade de repensar continuamente as concepções das categorias geográficas para se entender a realidade espacial. Segundo Etges (2008), a reprodução capitalista contemporânea é caracterizada

pela substituição do padrão fordista-keynesiano pelo da acumulação flexível. Essa mudança, segundo Santos (1996), implica pensar o espaço geográfico a partir do meio técnico-científico-informacional.

O território, por longos decênios, esteve vinculado ao território nacional. No entanto, surgiram novas leituras e há tanto convergências como divergências entre elas. Segundo Haesbaert (2004), ora são mais idealistas, ora mais materialistas, ora tentam conciliar estes dois extremos. Gomes (2008, p. 38), por exemplo, o entende da seguinte forma: “[...] o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados [...]”. Nesse conceito a centralidade está no arranjo e controle dos objetos no espaço, quem controla tanto sua organização quanto sua existência cotidiana detém o território. Tal concepção se aproxima da pensada por Sack, que entende território como controle de acesso.

No entanto, o controle da organização das formas espaciais nem sempre implica o controle direto dos homens, mesmo que se considerem os atores hegemônicos, como o Estado e as multinacionais. A luta pela terra no Cerrado, por exemplo, comprova que o controle do arranjo espacial pelos latifundiários e grupos multinacionais, amparados pelo Estado, não implica em domínio completo dos camponeses, nem em sua extinção. A necessidade de terra, pelos sujeitos que delam precisam para trabalhar e sobreviver, faz originar os acampamentos, as ocupações e os assentamentos. Como diz Pessoa (1999), ao discutir a luta pela terra em Goiás, os camponeses goianos se revoltaram contra o latifúndio. Eles decidiram agir em face da exploração e expropriação que vivem historicamente, se tornam protagonistas na reconfiguração do território.

O território se encontra num processo de constante construção, porque as relações de conflito por ele e nele não cessam. Por esse processo pode-se chamar de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (TDR), que ocorre porque não há poderes absolutos que criam territórios cristalizados. O processo de TDR é entendido neste artigo, bem ao modo como o pensa Haesbaert (2004): a territorialização, como o controle/domínio dos indivíduos de um espaço; a desterritorialização, como a perda de controle/domínio dele, e a reterritorialização, como a retomada de controle/domínio do espaço. Fernandes (2009), quanto ao território, defende a existência de elementos materiais e imateriais na sua construção. A formação do território envolve a aceitação de domínio, todo poder se faz também por um corpo teórico que o legitima. O discurso de modernização, articulado pelo agronegócio, prega o atraso e a irracionalidade das práticas produtivas camponesas agroecológicas no Cerrado. Sua intenção é construir território

imaterial/material no campo, contrário aos interesses do campesinato. Fernandes (2009, p. 200-201), ainda quanto ao território, acrescenta:

Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios, partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais.

Um entendimento político que se aproxima desta ideia é o de Raffestin (1993). Ele defende que o território é resultado das relações de poder entre os atores sociais. As relações são ao mesmo tempo econômicas, políticas, culturais e naturais, envolvem um jogo de perdas e ganhos, que resultam no equilíbrio ou desequilíbrio entre os atores. Quanto à definição de território, Raffestin (1993, p. 128) assim o caracteriza:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Este entendimento chama-nos a atenção para a importância do trabalho e das estruturas, (superfícies, pontos e redes) na formação dos territórios. Discorda-se de Raffestin (1993) de que o espaço precede o território. Acredita-se que o território é o espaço na sua dimensão política, como afirma Haesbaert (2009). A sua utilização implica em analisar as relações na dimensão do poder, sejam elas culturais, políticas, econômicas, ou naturais. Esse autor trouxe contribuições importantes porque desestatizou o território e centrou sua análise na perspectiva relacional.

A problemática aqui suscitada entende-se que esta definição de território, realizada as críticas necessárias, traz contribuições importantes. Pensar a agricultura agroecológica como projeto de resistência do campesinato no Cerrado, no seu processo de luta pela permanência na terra, implica em analisá-la como uma reação ao projeto de agricultura do agronegócio, articulado pelos atores do capital imperialista internacional. Portanto, se estabelece entre os atores destas duas perspectivas de agricultura relações de poder.

O campesinato reage no Cerrado à subordinação de sua renda por meio da agricultura agroecológica, o capital imperialista luta para manter essa renda em suas mãos. Essa definição centraliza sua atenção principalmente nos aspectos políticos, com isso, não fornece todos os elementos à análise. A valorização do uso das sementes crioulas, dos adubos de origem animal, da policultura, entre outras práticas agroecológicas, remete ao conhecimento camponês. Ou seja, aos conhecimentos historicamente acumulados na relação dos camponeses entre si e com os biomas, como o Cerrado.

È necessário, desse modo, procurar aportes teóricos em outras definições que valorizem também a cultura no jogo das relações de poder. Segundo Leff (2009), toda formação social se desenvolve na relação com seu entorno natural, em que práticas culturais de aproveitamento dos recursos são forjadas. Portanto, a transformação dos biomas pelos grupos sociais é, preponderantemente, determinada pela lógica imperialista do capital.

Contudo, a cultura também condiciona a relação desses grupos com os ecossistemas. No Cerrado, por exemplo, há uma classificação botânica construída pelas comunidades camponesas e indígenas. Na flora identificam usos de árvores e espécies herbáceas destinadas para lenha, madeira, remédio, doces, entre outros usos. Na fauna apontam espécies comestíveis, dóceis, prejudiciais, entre outras classificações. Nesse sentido, a extinção dessas comunidades significa a morte de bibliotecas de conhecimentos assentadas na oralidade. Na Geografia, contudo, há geógrafos que constroem definições que conciliam as dimensões materialista//idealista. Como podemos notar no entendimento de Haesbaert (2009, p. 106):

Considerando os dois extremos (que, se existissem, seria apenas enquanto “tipos ideais”), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominados espaço- ou território- ‘de referência identitária’, deverá estar presente).

A compreensão de Haesbaert é de que o território é ao mesmo tempo material e simbólico para os seus sujeitos. No entanto, o autor em suas análises dá maior atenção à dimensão material, talvez devido a uma questão de escolha metodológica. Isso pode ser notado nos trabalhos de Haesbaert em (2004, 2009), quando ele apresenta os conceitos de multiterritorialidade e contenção territorial respectivamente, em que destaca mais o viés político-econômico das relações sociais em detrimento do viés cultural. Mas, como defende Leff (2009), não se deve negligenciar a importância da cultura como elemento político. Por meio dela o camponês, nas disputas territoriais pode articular formas de resistência para continuar a existir no campo. A cultura, associada a outras dimensões da vida humana, articula a construção de outros usos dos espaços dos assentamentos no Cerrado, contrários ao imposto pelo agronegócio e vertidos a agroecologia. Almeida (2005, p. 108) também defende a dimensão simbólico-cultural do território. Em suas palavras:

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde em sua primeira instância, a necessidades econômicas sociais e políticas de cada

sociedade e, por isso sua produção esta sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo. [...] O olhar geográfico, portanto, além de ser seletivo quanto aos níveis de análise é também multiescalar mesmo no que diz respeito aos territórios.

Almeida (2005) destaca o viés relacional multidimensional na construção dos territórios e, como Haesbaert (2009), defende o caráter simbólico. Contudo, ao contrário de Haesbaert, em suas análises a autora privilegia, de fato, essa dimensão. Ambos os autores são pertinentes ao mencionar a importância da cultura nas análises geográficas. Nesse debate, todavia, há conceitos que ampliam a importância das relações sociais e o espaço torna-se apenas substrato. Este é o caso de Souza (2007, p. 97) que em uma crítica a Raffestin afirma:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si).

A materialidade assume pouca relevância na definição de Souza (2007). Haesbaert (2001) critica, na conceituação de território, o desprezo pela materialidade, que é parte não apenas do jogo de enfrentamento pelo controle de um espaço, mas também permite apontar quem se apropria/domina quem em determinado lugar e em determinado momento. O território, portanto, só pode se concretizar na materialidade. De acordo com Leff (2009), nas comunidades camponesas e indígenas da América Latina, há uma dura luta sendo travada contra a ação imperialista do capital, pelo controle da materialidade e tudo que ela contém, ou seja, a terra e os recursos bióticos e abióticos presentes nela. No Cerrado as ocupações, os acampamentos e os assentamentos, entre outras reterritorializações estratégicas dos camponeses na terra são ações importantes no campo de forças com outros atores, tanto para a conquista do direito à terra de trabalho, quanto para articular outra perspectiva de agricultura, com a produção agroecológica, pensada, por exemplo, em assentamentos no Cerrado goiano, a terra para o camponês é, portanto, o seu território.

Portanto, para analisar a agricultura agroecológica como resistência do campesinato no Cerrado, as concepções mais relevantes seriam os conceitos fornecidos por Haesbaert (2009), Raffestin (1993) e Fernandes (2009). Nesse sentido, reafirma-se que o campesinato permanece no Cerrado, seja nas comunidades camponesas, seja nos

assentamentos. Além disso, a partir desses territórios, por meio dos movimentos sociais, organizações aliadas e o conhecimento camponês, articulam projetos contrários ao do agronegócio, como o da agroecologia. Nesse projeto há elementos subjetivos, em que a cultura torna-se instrumento político, de luta para a conquista e permanência nos territórios. Assim, nas próximas páginas será realizada uma breve discussão de identidade, com vistas à discussão da identidade territorial camponesa e suas possibilidades como instrumento de permanência do camponês na terra.

A IDENTIDADE TERRITORIAL CAMPONESA: ELEMENTOS PARA PENSAR A PERMANÊNCIA NA TERRA.

A expansão do capitalismo implicou na conexão de diferentes áreas do planeta e mesmo com a coexistência de diferentes espaços-tempo, se ventilou a formação de uma cultura global. Isto não se confirmou, como afirma Featherstone (1997, p. 135): “Em resumo, há um retorno as culturas locais e deve-se enfatizar: culturais locais no plural [...]”. As imposições colonialistas do capital ativaram as diferenças, mesmo que as culturas não sejam as mesmas de outrora. A identidade, nesse contexto, também se transforma, passa a ser dinâmica, contraditória, fragmentada, múltipla frente às da modernidade. Estás são as conclusões de Hall (1997), Castells (1999), Almeida (2009), Giménez (2009) e Haesbaert (2007). Neste cenário, a questão é compreender as identidades camponesas para o fortalecimento da produção agroecológica, tendo em vista a permanência na terra.

Giménez (2009) ao apontá-la como lado subjetivo da cultura, parte da existência de identidades coletivas e individuais. Apresenta a seguinte tipologia no estudo das identidades individuais: identidades segregadas, hetero-dirigidas, etiquetadas e desviantes. Giménez (2009) afirma quanto à identidade coletiva, que a mesma é relacional, apresenta-se em contextos de interação e comunicação, tem um núcleo simbólico-cultural, que liga os membros do grupo uns aos outros, forma-se na relação dialética com as identidades individuais, na proximidade espacial e é pré-requisito para ação. E tanto a identidade individual, quanto a coletiva tem valor positivo ou negativo atribuído na interação social. Nestas proposições outra característica apontada por Giménez (2009 p. 40-41) é:

Otra característica fundamental de la identidad-sea ésta personal o colectiva-es su capacidad de perdurar-aunque sea imaginariamente-em el tiempo y el espacio. [...] Hemos de decir entonces que es más bien a dialectica entre permanencia y cambio, entre continuidad y discontinuidad, la que caracteriza por igual a las identidades personal y a las colectivas.

Nas palavras do autor as identidades sobrevivem historicamente através de um processo de assimilações e permanências. E como o interesse é apontar elementos da identidade territorial camponesa, que contribuem para a permanência na terra, por meio da produção agroecológica, dar-se-á maior atenção às identidades coletivas. No que diz respeito às identidades coletivas, Castells (1999) apresenta três tipos, sendo elas: as identidades legitimadoras, as identidades de projeto e as identidades de resistência, quanto à última define-a da seguinte forma:

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...]. (CASTELLS, 1999, p. 24).

As outras duas formas identitárias estão associadas à mencionada acima, a identidade de projeto acontece no momento em que os atores da resistência buscam elementos na cultura para conquistar uma nova posição social e a legitimadora, quando os atores ascendem a um *status* dominante, e através das instituições hegemônicas a impõem ao conjunto da sociedade. Neste debate, Hall (1997) concorda com Castells de que as identidades nacionais (legitimadoras) estariam em crise. Também acredita que vivemos no período das identidades moveis, que se transformam continuamente, mas não propõem uma tipologia como o faz Castells. Neste diálogo, entretanto, quais elementos ajudam-nos a pensar a identidade camponesa como caminho para permanência na terra, por meio da produção agroecológica?

Afirma-se de início que a identidade camponesa existe, já que o campesinato é um gato de sete vidas, sobreviveu a diversos sistemas de produção, sendo que em todos sofreu mudanças. Todavia, essas transformações não apagaram os elementos que constitui sua identidade. Almeida (2006), por exemplo, defende a permanência desses elementos identitários. Há uma persistência deste ator através de determinadas práticas culturais camponesas, como: a reciprocidade, as relações de ajuda mútua, o conhecimento intergeracional, a policultura, a sociabilidade camponesa, a socialização camponesa, entre outras. Almeida (2006) também destaca que há um *habitus* de classe do campesinato, um *modus operandi* frente à realidade, suas ações têm três categorias culturais nucleantes, sendo elas: a terra, a família e o trabalho

A identidade camponesa é coletiva, construída na relação dialética com as identidades individuais e com as formas identitárias de outros atores, isso a realimenta constantemente, mas em contextos imperialistas pode sofrer com ações destrutivas. Além do mais, como destaca Giménez (2009), essa identidade se forma na proximidade espacial,

como nos casos das comunidades rurais e dos assentamentos e na existência de um núcleo simbólico-cultural. Além disso, em acordo com Hall (1997), a identidade camponesa é parte das relações de poder, ser camponês é assumir uma identidade coletiva de resistência frente às ações imperialistas do capital, há uma valoração negativa ao qual o campesinato foi e é submetido.

Isto é confirmado nas análises de Linhares & Silva (1999), Etges (2008) e Martins (1986). Segundo estes autores este ator social sofreu historicamente no Brasil com denominações pejorativas, como: caipira, atrasado e jeca tatu. Tais termos nasceram na própria literatura brasileira, em obras de intelectuais como Monteiro Lobato. Os camponeses construíram seus espaços de resistência ao ver sua condição de reprodução social ameaçada. Assim, o que atira está resistência é também a ameaça a sua identidade, ao seu modo de vida. Há elementos subjetivos utilizados na luta pela terra e na construção de “novos” territórios identitários, os assentamentos. Entre eles se destacam, conforme Almeida (2006), a terra como terra de trabalho. O camponês não vê a terra com sentido de acumulação, mas de reprodução da existência, o Sem Terra carrega consigo a herança da terra que deixou, alimentando assim o desejo de voltar a ela.

Na terra o desejo é produzir fartura, o alimento que atende as necessidades da família e permite a sociabilidade com o outro. Nesse ínterim, a produção de autoconsumo, com comercialização de excedente fortalece a Soberania Alimentar, o que corrobora para a produção agroecológica. Na terra também entende que pode construir a liberdade dos horários antes rigidamente estabelecidos, que pode conduzir seu trabalho por determinação própria, ou seja, pode negar a proletarianização. Evidente que neste ponto ele não percebe que este tempo muitas vezes é controlado pelo capital. Tal como apresenta Etges (2008), na subordinação dos camponeses fumilcultores do sul do Brasil.

Nesta pesquisa a autora evidencia como a produção para a subsistência é importante não só para a reprodução dos camponeses, mas também para as multinacionais, que podem extrair um lucro superior com a compra da produção de fumo a preços de custo. Todavia, a concepção camponesa de trabalho autônomo pode ser o estopim para a construção de territórios autônomos, geridos pelo próprio campesinato, em que a idéia de autonomia do trabalho seja utilizada para construir soluções locais a favor da produção agroecológica.

Portanto, a família, a terra e o trabalho formam uma tríade cultural fundamental na (re)criação camponesa. A primeira é a unidade fundamental de constituição do grupo, é nela que se expressa o trabalhador coletivo, fundamental para o fortalecimento da produção agroecológica, já que a agroecologia se sustenta na mão-de-obra manual. A segunda tem o sentido de permitir a reprodução do grupo social, seja a família, ou a

comunidade. Constitui-se em um meio de produção fundamental para o campesinato, já que seu domínio/controla permite imprimir outros e usos e apropriações, como aquele da produção agroecológica. O terceiro é a garantia da sobrevivência, do alimento farto na mesa e também permite um ato de aprendizagem cotidiana, de transmissão de saberes dos mais velhos para os mais jovens. A reprodução do conhecimento camponês é fundamental para a reprodução social do campesinato. Além disso, seus princípios sustentáveis pode ser o caminho para a construção da produção agroecológica. Diante disso, afirma Almeida (2006, p. 332-333):

Os camponeses, considerados nesta pesquisa, que lutaram na terra e pela terra a despeito da pecha de individualistas, continuam existindo e resistindo por meio do *habitus* de classe camponesa, que tem permitido a eles repetir e reinventar os condicionamentos, combinando formas novas e velhas de subsistência que inscrevem, no território, o jeito camponês de viver. Destarte, centram a vida na família, no trabalho, e na terra; essa última entendida como a possibilidade de realização do trabalho, não da renda, não do lucro médio, mas do trabalho autônomo camponês, contraditoriamente preso e liberto do jugo capitalista.

Em acordo com a autora, mesmo que não exista uma identidade camponesa pura, estável, única, pois combina novas e velhas práticas. Isto não significa que deixe de existir. Entretanto, para si concretizar não escapa a luta contra o sistema capitalista, porque esta condicionada a estar na terra. A luta pela terra é a forma de (re)criação da identidade camponesa, ou melhor, condição para a identidade territorial camponesa. Este conceito é pensado por Haesbaert (2007, p. 44). Segundo ele a identidade territorial seria:

Assim no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstruem) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns.

Segundo Haesbaert (2007), a identidade territorial se efetiva num espaço referencial, que assume caráter central para a identificação do grupo. Entendimento similar a este se encontra em Cruz (2007). Esse último autor defende como sendo os dois elementos fundamentais da identidade territorial o espaço de referência identitária e a consciência social de pertencimento. Os assentamentos, desse modo, podem ser vistos como expressões desta identidade territorial camponesa. Nesses novos espaços os camponeses se reconhecem como parte de um grupo e tecem uma nova sociabilidade, com conflitos e ações solidárias.

O assentamento, sendo assim, é o espaço que permite construir a identidade territorial camponesa transformada, dinâmica e, principalmente de resistência. Acredita-se

que este espaço não representa um território identitário totalitário, com orientação única, fechada, mantém relações com outros espaços, seja de ganhos ou perdas. Apesar disso, contém persistências culturais, que em determinados contextos podem assumir a forma de resistências dos camponeses assentados. Como exemplo, pode-se pensar na retomada de práticas de uso das sementes crioulas, do adubo de origem animal e vegetal, da conservação de determinadas espécies do Cerrado, por serem utilizadas como remédios, alimentos, madeira para construção de casas, paióis e currais entre outras utilizações. Além disso, se destaca as práticas de consórcio, policultura, extrativismo, que sendo parte da identidade territorial camponesa, pode potencializar a produção agroecológica.

Entende-se, nesse caso que a identidade territorial camponesa é de resistência, porque nega a imposição das multinacionais, o pacote viabilizado pelo agronegócio. Além disso, contraria o discurso que defende o uso intensivo de adubos químicos, de sementes transgênicas para solucionar a fome no mundo. Sendo assim, enfrenta a estratégia política de dominação do agronegócio, que acarreta na exploração camponesa pelo capital. Escobar (2000), portanto, tem razão quando chama a atenção sobre a importância de observar o conhecimento construído nos lugares como uma alternativa frente o capitalismo imperialista/colonialista.

O conhecimento camponês, portador de uma cosmovisão, não dará todas as respostas necessárias à construção da agricultura agroecológica camponesa no Cerrado. Certamente é necessário observar o que outros conhecimentos têm a contribuir, mas é urgente reconhecê-lo. Como declara Shiva (2003), o melhor caminho para extingui-lo é desconsiderá-lo. O caminho passa pelo diálogo do conhecimento científico com o conhecimento camponês, tendo em vista o fortalecimento da produção agroecológica. Urge a necessidade de reconhecer que a identidade territorial camponesa contém um conhecimento acumulado, que é realimentado cotidianamente pelas relações que o campesinato estabelece com outros grupos, entre si e com a própria terra. Esse viés é fundamental para pensar outras formas de uso e apropriação das terras no Cerrado e, conseqüentemente, de produção de alimentos que pense na vida e não apenas no lucro.

A ampla diversidade do campesinato, contudo, obriga a apontar que se está referindo ao camponês Sem Terra, ou seja, o camponês desterrado, que não teve direito a terra. Entende-se que ele, mesmo não sendo portador deste conhecimento camponês em maior abrangência, como as comunidades camponesas tradicionais, comporta sujeitos com histórias na terra. Isto permite afirmar que no território/assentamento este conhecimento tem condições de ser exercido. Seja aquele da conservação e preparo da semente, do tempo correto para o plantio e colheita da lavoura, da produção do doce, do queijo, do sabão, da melhor época para o corte da madeira, entre outras ações que remetem ao mesmo. No

assentamento o diálogo entre assentados e destes com os de fora pode construir uma identidade territorial camponesa de uso da terra com possibilidades para garantir a reprodução camponesa e fortalecimento da produção agroecológica, permitindo assim efetivar uma agricultura menos subordinada.

No território/assentamento, como afirma Almeida (2006), à identidade territorial camponesa si materializa e, por conseguinte, o conhecimento camponês. Este pode ser o caminho para construir uma relação anti-imperialista com a natureza. Ou seja, a consolidação de uma relação que como afirma Escobar (2000), não separa cultura/natureza. Estes conhecimentos reportam as (re)existências apresentadas por Mendonça & Pelá (2010, p. 54): “[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que si firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mescla-las com as já existentes, formatando espacialidades. [...]” Os usos possíveis da natureza não são apenas aqueles ditados pelo capital, os camponeses podem reconstruir “novas” formas de relação com a natureza exterior a partir dos assentamentos, retomando práticas e adotando outras, reconstruindo sua identidade territorial camponesa para criar outras possibilidades de existência no Cerrado por meio da produção agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo não é possível esgotar as discussões das categorias analisadas. Entende-se, contudo, que isto não nos impede de realizar alguns apontamentos. O território tem aparecido muitas vezes de forma pouco clara. É necessário pensar com cuidado seu uso. Quanto às definições apresentadas, nota-se que elas são vinculadas a filiação teórica- metodológica dos pesquisadores, há, entretanto, pontos convergentes. Entre eles está o território entendido por um viés relacional, multidimensional, multiescalar, em rede e cíclico. Ao problema apresentado para discussão, a concepção política material/imaterial pensada por Raffestin (1993) e Fernandes (2009) fornece elementos importantes. Pois, destaca os camponeses como atores sociais, construtores de projetos contrários ao agronegócio, como o da produção agroecológica. Mas, a agricultura agroecológica implica em pensar a cultura no jogo do poder. Isto porque remete aos conhecimentos camponeses, construídos nas relações cotidianas do campesinato entre si e com a terra. Portanto, impõe como menciona Haesbaert (2009), refletir acerca da subjetividade na construção dos territórios.

A perspectiva subjetiva do território leva-nos a identidade, que permite pensar a identidade camponesa. Parece-nos que há uma identidade coletiva camponesa de resistência, quando pensamos na luta pela terra. Essa identidade se caracteriza como dinâmica, transformada, contraditória, móvel, mas contém persistências simbólicas nas ações dos camponeses com a terra e entre si. Essas podem ser notadas na reciprocidade, na sociabilidade e socialização camponesa, nas relações de ajuda mútua, no conhecimento intergeracional, na policultura e na importância da terra, da família e do trabalho. Em determinados contextos essas práticas e concepções culturais camponesas podem ter um sentido político, por exemplo, quando negam as imposições do agronegócio. Tornam-se, com isso, resistências e, concomitantemente, alternativa para articular outro projeto de campo no Cerrado, sustentado na agricultura agroecológica.

A identidade territorial camponesa se manifesta no território-assentamento, além disso, dá visibilidade ao conhecimento camponês acumulado. Esse representa o caminho para outros usos possíveis do Cerrado, que são fundamentais para territorializar a agroecologia. Abre-se a possibilidade de um diálogo de saberes entre os assentados com os de fora, sejam eles técnicos, cientistas, ou outros atores sociais. Tendo em vista a construção de outro campo, símbolo da reprodução equilibrada das múltiplas formas de vida. A identidade territorial camponesa se apresenta como possibilidades de resistência, frente aquilo que Shiva (2003) declara como monocultura mental. Ou seja, a colonização das mentes humanas, manietada por uma lógica ocidental, imperialista e exploratória de produzir no campo, via “Revolução Verde”, que destrói as alternativas locais de reprodução social do campesinato.

Territory and territorial identity: elements for the analysis of agriculture agroecological peasant like way to staying on earth in the cerrado.

Abstract: The field can be thought of either from territorial disputes to the conquest of the land, and for the right to income from it. In search of the last peasant knowledge is relevant in the construction of agroecological farming. The purpose of this article is to discuss territory and territorial identity in view point which elements in these categories help thinking agroecological agriculture, as resistance of the peasantry the destructive action of capital. To achieve these goals is hand launched, mainly bibliographical research, with the consequent reading book report and summary of the ideas of authors such as: Raffestin (1993), Almeida (2006), Castells (1999), Fernandes (2009), Altieri (2012), Haesbaert (2009), Santos (1996), Pessoa (1999) and Gomes (2008) among other authors. It is stated that the territory is now conceived in materialist perspective, sometimes idealistic, or a reconciliation of these poles bias. For the problems in vogue adopts a / immaterial material without political bias, however, fail to observe the cultural elements. The identity, we understood it as dynamic, contradictory, multiple, fragmented, consisting in collective or individual level. We are interested in the collective identity of resistance, which when spatialize becomes territorial identity. This contains knowledge that may be important in the construction of agroecological farming settlements in the Cerrado.

Key words: Territory. Territorial identity. Peasantry. Agroecology.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.

_____. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, N.2. 2005, p.103-114.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: editora Unesp, 2006. 377 p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão popular, 2012. 400 p.

CASTELLS, Manoel. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-43.

CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R. do; ARRAIS, T. A. (orgs.). **Itinerários geográficos**. Niterói: Ed UFF, 2007. p. 13-35.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: Globalización o posdesarrollo. In: VIOLA, Andreu (comp.). **Antropología Del desarrollo: Teorías y studios etnográficos en América Latina**. Barcelona: Paidós, 2000, p.169-216.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Territórios rurais: a região fumicultura no Sul do Brasil. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 137-144 p.

FEATHERSTONE, Mike. Culturas globais e culturas locais. In: _____. **O desmanche da cultura: Globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1997. 123-142 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de território. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 197-215 p.

GIMENÉZ, Gilberto. Materiales para una teoría de las identidades sociales. In: _____. **Identidades sociales**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; Instituto Mexiquense de Cultura, 2009. 25-51 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Sobre territórios, escalas, e responsabilidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do**

humano com o espaço. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 37-46 p.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. 95-120 p.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. Rio de Janeiro: Encontro nacional da ANPUR (UFRJ), 2001. 17-38 p.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural a essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de (orgs.) et al. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 33-56 p.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 389 p.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In:_____. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1997. 7-23 p.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental** [tradução de Jorge E. Silva]. Petrópolis: Vozes, 2009. 439 p.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A questão agrária no Brasil: uma dívida não resgatada**. Rio de Janeiro; Campus, 1999. 290 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986. 185 p.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 p. Tese de doutorado. UNESP (faculdade de ciências e tecnologia, campus Presidente Prudente) Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo; PELÁ, Márcia. Cerrado Goiano: Encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: CASTILHO, Denis; PELÁ, Márcia (orgs.). **Cerrados: Perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. 51-69 p.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora UFG, 1999. 351 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia** [Tradução de Dinah de Abreu Azevedo]. São Paulo: 2003. 240 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 78-116 p.

SOBRE O AUTOR

EDSON BATISTA DA SILVA. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás.

Recebido para avaliação em Janeiro de 2014

Aceito para publicação em Abril de 2014